

# ORÇAMENTO DA FUNAI 2014-2022: UMA ANÁLISE DA CORREÇÃO MONETÁRIA, APLICAÇÃO E POSSIBILIDADES DE AÇÃO INDIGENISTA

MOREIRA, Rodrigo César Silva<sup>2</sup>, ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de<sup>1</sup>, CAMPOS, Denise Nayara Martins<sup>1</sup>, SANTOS, Ana Mel Pinheiro dos<sup>1</sup>

1. Centro Universitário São Lucas 2. Universidade Federal de Rondônia

**Área do Conhecimento:** Ciências Humanas

**Subárea do Conhecimento:** Antropologia - Políticas Públicas

**Introdução:** A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, ou seja, a instituição oficial de mediação dos interesses dos povos indígenas, atuando em apoio com outras instituições de policiamento e proteção legal, como a Polícia Federal e o Ministério Público. Criada em 1967 pela Lei nº 5.371 de 05 de Dezembro de 1967, tem como missão “estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados, sendo sete princípios que envolvem, dentre outras coisas, estabelecer e seguir a política indigenista, gerir o patrimônio e fomentar pesquisas sobre a questão indígena e despertar o interesse coletivo pela causa indígena, elementos apontados já no Artigo 1º da Lei. Além das orientações ideológicas contrárias aos interesses indígenas que permeiam os governos federais, o órgão tem lidado com uma forma de depredação: a orçamentária. Este resumo fará uma análise deste aspecto do processo de precarização da FUNAI no Brasil entre os anos de 2014 a 2022. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o orçamento da FUNAI entre os anos 2014 a 2022 considerando sua correção monetária e possibilidades de aplicação da política indigenista no Brasil. **Materiais e Métodos:** A presente pesquisa é de natureza mista, quali-quantitativa e apresenta como metodologia a pesquisa documental e a aplicação do índice IPCA para cálculo de correção orçamentária do orçamento total da FUNAI entre os anos do recorte temporal aqui estabelecido. Considerando os dados coletados e tratados desta forma, iremos estabelecer uma conexão analítica entre o orçamento proposto, suas formas de execução e as implicações disto. Os documentos elencados foram os relatórios anuais de gestão da FUNAI e dados do Portal da Transparência Federal. Os dados elencados foram corrigidos pelo IPCA, que é a variável comumente utilizada pelo governo federal para tais análises e o orçamento de 2022 não foi atualizado uma vez que o estudo definiu a data de 01/01/2022 como data para a qual todos os valores anteriores foram corrigidos, por considerar essa data a abertura do orçamento 2022. Assim, os anos anteriores foram todos corrigidos pelo índice para essa data e o ano de 2022 foi entendido com seu orçamento já atualizado. **Resultados e Discussão:** Apresentamos como resultado central, os dados coletados em duas etapas, sendo primeiro o orçamento da FUNAI, por ano: 2014 - R\$ 1.047.067.323,30 , 2015 R\$ 1.212.363.823,32, 2016, R\$ 1.160.600.558,11, 2017, R\$ 1.422.342.941,20, 2018, R\$ 1.370.885.068,32, 2019, R\$ 1.339.167.493,50, 2020, R\$ 1.344.422.176,42, 2021, R\$ 1.432.804.509,99. Já como orçamento corrigido pelo IPCA, temos: 2014, R\$ 1.688.613.115,88, 2015, R\$ 1.837.451.093,97, 2016, R\$ 1.589.358.942,17, 2017, R\$ 1.832.563.571,32, 2018, R\$ 1.715.697.072,22, 2019, R\$ 1.615.493.724,61, 2020, R\$ 1.543.313.588,01, 2021,

R\$ 1.585.475.275,19. O orçamento destinado para 2022 está na ordem de R\$ 942.670.857,32. Quanto às análises, destacamos inicialmente que o orçamento destinado para a FUNAI para 2022 é inferior ao executado em 2014 e quase a metade do mesmo (54%) se considerarmos o valor corrigido, o que, considerando o aumento da população indígena e do valor dos bens necessários para realização de projetos indigenistas, já apresenta uma precarização clara do processo de atendimento às populações indígenas. Outro elemento central que é destacado na análise dos relatórios de gestão é o gasto fixo com recursos humanos (servidores), chegando em 2018 ao número de 31% do orçamento total do órgão, o que inviabiliza do ponto econômico a realização de concurso de larga escala para substituir um corpo profissional que está em vias de se aposentar, como afirma o relatório de 2014 “Observando a faixa etária dos 2.125 servidores, 1.472 servidores passam dos 50 anos, o que representa cerca de 70% dos servidores de carreira”. Tal fenômeno, além dos impactos econômicos apontam para uma perspectiva arcaica do que é indigenismo (qual o papel do Estado na relação com os povos indígenas), ainda pensando a partir do paradigma assimilacionista, como define o indigenista Ivan Stibich em sua tese de doutoramento (2019). Percebe-se que o orçamento possui um valor similar destinado (com exceções positivas para 2015 e 2017 e negativa para 2022) o que não é considerado algo positivo, considerando que as demandas das populações indígenas têm aumentado (o último censo do IBGE aponta para aproximados 896 mil indígenas e em 2021 a APIB aponta 1,3 milhões de indivíduos, aproximadamente) e o custo de funcionamento e com servidores tem se mantido estável (pois não há concursos de grande escala desde 2013) e com um quadro cada vez mais composto por aposentados. Sobre a possibilidade de atuação da FUNAI em 2022 (com orçamento em torno de 942 milhões), cabe ressaltar que segundo o relatório de 2018, “as despesas de pessoal em 2018 somaram R\$ 432,9 milhões de reais. **Conclusão:** Considerando o que foi exposto acima, apenas um recorte das análises possíveis, é possível afirmar que a FUNAI se encontra precarizada, tendo como uma das bases o orçamento disponível para a mesma, o que inviabiliza a realização de projetos de proteção territorial e etnodesenvolvimento (por exemplo) que abarque os povos indígenas nas 726 terras indígenas e seus mais de um milhão de habitantes. Destacamos dois pontos: a forma como é realizada a fiscalização ambiental atualmente em terras indígenas (por ações e não de forma extensiva) não consegue na prática frear a ação de invasores, pois os mesmos se ausentam quando há ação policial e retornam ao ponto que os militares se afastam do território, o outro ponto é a incapacidade de fomento aos programas de desenvolvimento: em 2015 foram realizadas apenas 15 ações com gasto total de 1,8 milhões de reais, algo que se distancia da real necessidade das populações indígenas brasileiras.

**Palavras-Chave:** FUNAI, Orçamento, Gestão, Aplicação.

**Agradecimentos:** Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia e ao Centro Universitário São Lucas.

e-mail apresentador: [ana.mel.santos.3112@gmail.com](mailto:ana.mel.santos.3112@gmail.com)

e-mail orientador: [rafael.andrade@saolucas.edu.br](mailto:rafael.andrade@saolucas.edu.br)